

VEIGA, EDMUNDO DA

*min. STM 1926-1938.

Edmundo da Veiga nasceu em Aracaju no dia 11 de maio de 1869, filho de Francisco Luís da Veiga e de Ricardina Eugênia Cobra da Veiga. Seu pai, irmão e secretário do presidente da província de Sergipe, Evaristo Ferreira da Veiga, foi deputado por Minas Gerais à Constituinte de 1891 e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até 1914. Seu tio-avô, Evaristo da Veiga (1799-1837), foi destacado político no Primeiro Reinado e no período da Regência.

Após cursar os preparatórios em Pouso Alegre e em Ouro Preto, em Minas Gerais, Edmundo ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1889. Retornou então a Ouro Preto e aí exerceu a advocacia no escritório de seu pai até 1898.

Iniciou sua vida pública em 1891, como secretário de polícia de Minas Gerais. Exerceu o cargo por dois anos e meio, e depois, já no governo de Afonso Pena (1892-1894), foi diretor da Imprensa Oficial do estado e redator do jornal oficial *Minas Gerais* de 1893 a 1894. Quando Crispim Jacques Bias Fortes assumiu a presidência do estado em setembro de 1894, foi nomeado consultor jurídico da Secretaria do Interior, posto em que permaneceu até agosto de 1895. Novamente nomeado diretor da Imprensa Oficial e redator do *Minas Gerais* em agosto desse ano, casou-se em dezembro com Maria da Conceição Pena, filha de Afonso Pena. Permaneceu à frente da Imprensa Oficial do estado até 1898, quando se encerrou o governo Bias Fortes. Foi então nomeado diretor da Secretaria do Interior de Minas Gerais e exerceu o cargo nos governos de Silviano Brandão, Joaquim Cândido da Costa Sena e Francisco Sales e João Pinheiro, até novembro de 1906. Nessa ocasião, seu sogro assumiu a presidência da República e nomeou-o seu secretário. Com a morte de Afonso Pena em junho de 1909, pediu exoneração do cargo.

Em 1910, foi nomeado subsecretário do Supremo Tribunal Federal. Conservou-se nessas funções até 15 de novembro de 1922, quando foi convidado pelo presidente Artur Bernardes (1922-1926) a assumir novamente a Secretaria da Presidência da República, na qual permaneceu até o final do quadriênio. Nomeado ministro do Supremo — depois Superior — Tribunal Militar em 27 de março de 1926, tomou posse no dia 15 de abril, embora só tenha entrado no exercício do cargo no ano seguinte. Aposentou-se

compulsoriamente em 9 de março de 1938, por ter atingido o limite de idade previsto na Constituição.

Durante alguns anos, pertenceu às administrações da Associação Auxiliadora dos Funcionários Públicos de Minas Gerais e do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, além de ter sido membro da Liga da Defesa Nacional. Foi membro honorário da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro.

Afastado da vida pública desde 1938, faleceu no Rio de Janeiro em 2 de maio de 1946.

Sílvia Pantoja

FONTES: CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; GUARANÁ, M. *Dicionário.*; LAGO, L. *Conselheiros*; MIN. GUERRA. *Almanaque.*